

Controle de Natalidade e Pobreza na América do Sul

por Marcelo Medeiros, Centro Internacional de Pobreza

A idéia de que a indução do controle de natalidade é uma importante estratégia para redução da pobreza continua a ser popular em grupos com razoável poder político. Por exemplo, preocupações sobre o aumento da fertilidade passaram a fazer parte do debate sobre os resultados dos programas de transferência de renda que entreguem benefícios proporcionalmente ao número de crianças no domicílio, como o Bolsa Escola no Brasil e o Progresca no México. Além disso, um estudo das elites empresariais no Brasil mostrou que cerca de um quarto dos entrevistados acreditam que o controle de natalidade deve ser a principal iniciativa para combater a pobreza no país (Reis & CHEIBUB, 1995). A lógica por trás disso é muito intuitiva: muitas crianças numa família significa mais bocas a serem alimentadas por poucas mãos, já que as crianças geralmente são economicamente dependentes de seus pais. Assim, quanto menos crianças em famílias pobres, tanto melhor para a redução da pobreza no país.

Quando se considera que um casal com dez crianças tem chances muito mais elevadas de estar na pobreza do que um casal sem filhos, o argumento da necessidade de políticas ativas de controle de natalidade parece ser perfeito. Por outro lado, transferindo para os pobres – especialmente as mulheres pobres – a responsabilidade de evitar a reprodução da pobreza através das gerações pode soar cômodo para alguns.

No entanto, as evidências sugerem que este argumento é errado para a maioria dos países sul-americanos. Embora maior fertilidade possa levar algumas famílias para a pobreza, as famílias pobres têm uma dimensão média semelhante à das não-pobres. Na maioria dos países da região, as taxas de fertilidade não são altas, ficando em cerca de 2,4 crianças por mulher. Estas são taxas médias, mas como a parcela da população com baixa renda está claramente na maioria destes países, a média é representativa da população pobre. Essas taxas mostram que, de um modo geral, as mulheres pobres já utilizam algum tipo de controle de natalidade. Claro que existem exceções, mas elas não são muito comuns.

A tabela mostra qual seria o efeito de restrições simuladas no número de crianças nos domicílios brasileiros sobre a incidência da pobreza. Nas colunas está o número máximo de crianças que um domicílio seria autorizado a ter na simulação. Sem qualquer restrição, a incidência observada da pobreza na população brasileira é de 33% para a linha de pobreza utilizada.

A simulação mostra que, mesmo que nenhuma mulher no Brasil tivesse um único filho nos últimos 15 anos, a proporção de pobres na população continuaria a não cair abaixo de 30% (Medeiros, 2003). Este é um claro sinal de que, numa perspectiva realista, um aumento no controle de natalidade resultaria em poucas mudanças na atual incidência da pobreza e teria elevados custos sociais. No presente, as políticas para alcançar reduções na fertilidade poderiam ter que ser muito intrusivas nas decisões familiares; podem também se tornar uma armadilha para o futuro. Uma redução de 20% nos níveis sul-americanos de fertilidade é suficiente para fazê-los ir abaixo dos níveis de reposição. Se isso acontecer, teremos nas próximas gerações uma pirâmide populacional invertida, com elevada dependência demográfica, e, portanto, poderemos estar transferindo a pobreza das crianças de hoje aos idosos de amanhã. As políticas de erradicação da pobreza não vão ganhar se centradas em reduções no tamanho da família. O problema, como afirmado em muitos estudos, é de aumentar a renda familiar.

O pequeno impacto que as reduções nas taxas de fertilidade atuais teria sobre a pobreza não leva à conclusão de que o acesso a métodos contraceptivos seja desnecessário para as mulheres pobres. Não há dúvida de que a liberdade de decidir o tamanho da própria família é um importante direito reprodutivo. Garantir este acesso é tanto uma questão de garantia dos direitos reprodutivos das mulheres como de manutenção de baixas taxas de fertilidade. As mulheres pobres querem controlar sua reprodução e precisam do Estado para fornecer os meios para fazê-lo. O que elas não precisam é de políticas de controle de natalidade que as forcem a fazê-lo.

Incidência de pobreza após restrições simuladas no número de crianças nascidas - Brasil - 1999

Anos atrás em que foram implementadas	Nenhuma criança %	1 criança %	2 crianças %	3 crianças %	4 crianças %
15 anos	27	34	36	35	34
10 anos	30	35	35	34	34
05 anos	32	34	34	34	33

Fonte: Medeiros (2003), utilizando uma linha de pobreza de R \$ 80,97 (cerca de US\$ 43), valores de setembro de 1999.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:

www.undp-povertycentre.org